

**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUA DOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE
ESTADO DA FAZENDA DO ESTADO DE MINAS GERAIS E DE LIVRE ADMISSÃO LTDA****SICOOB COOPSEF****NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2026****Em Reais****1. Contexto Operacional**

A COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUA DOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO ESTADO DE MINAS GERAIS E DE LIVRE ADMISSÃO LTDA - SICOOB COOPSEF, doravante denominado SICOOB COOPSEF, é uma Cooperativa de Crédito Singular, instituição financeira não bancária, fundada em 22/11/1980, filiada à CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE ECONOMIA E CRÉDITO DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA - SICOOB CENTRAL CECREMGE – SICOOB CENTRAL CECREMGE e componente do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil - Sicoob, em conjunto com outras Cooperativas Singulares e Centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei n.º 4.595/1964, que dispõe sobre a *Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias*; pela Lei n.º 5.764/1971, que define a *Política Nacional do Cooperativismo* e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar n.º 130/2009, alterada pela Lei Complementar n.º 196/2022, que dispõe sobre o *Sistema Nacional de Crédito Cooperativo*; pela Resolução CMN n.º 4.970/2021 e 5.051/2022, alterada pela Resolução CMN n.º 5.131/2024, que dispõe sobre a constituição e o funcionamento de Cooperativas de Crédito e sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições que especifica.

O SICOOB COOPSEF, sediado à Avenida Brasil, n.º 1660, Bairro Boa Viagem, Belo Horizonte – MG.

O SICOOB COOPSEF tem como atividade preponderante a operação na área creditícia e como finalidades:

- (i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) Formar educacionalmente seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, com a ajuda mútua da economia sistemática e o uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos; concessão de créditos; prestação de garantias; prestação de serviços; formalização de convênios com outras instituições financeiras; e aplicação de recursos no mercado financeiro, incluindo depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras**a) Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB. Estão apresentadas em conformidade com as diretrizes da Lei n.º 6.404/1976, que regulamenta as sociedades por ações, bem como as alterações introduzidas pelas legislações subsequentes, como a Lei n.º 11.638/2007, que trouxe importantes modificações em relação à estruturação das demonstrações financeiras, e a Lei n.º 11.941/2009, que aprimorou a transparência e a relevância das informações contábeis.

Adicionalmente, observaram-se as normas do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo BCB e a legislação aplicável às cooperativas de

SICOOB COOPSEF - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUA DOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE
ESTADO DA FAZENDA DO ESTADO DE MINAS GERAIS E DE LIVRE ADMISSÃO LTDA
Av. Brasil, 1660 – Boa Viagem - 30.140-004 - Belo Horizonte - MG.

crédito — em especial as Leis n.º 4.595/1964 e n.º 5.764/1971, alteradas pelas Leis Complementares n.º 130/2009 e n.º 196/2022. Foram consideradas as diretrizes das Resoluções CMN n.º 4.818/2020 (e atualizações), n.º 5.185/2024 e n.º 4.924/2021 (alterada pela n.º 5.116/2024), além da Resolução BCB n.º 2/2020, atualizada pela n.º 367/2024. Destacam-se, ainda, as Resoluções CMN n.º 4.966/2021 (alterada pela n.º 5.244/2025) e BCB n.º 352/2023, que alinham a contabilidade de instrumentos financeiros ao padrão internacional IFRS 9 (CPC 48). Por fim, incluiu-se a adoção do CPC 06 (R2), conforme as Resoluções CMN n.º 4.975/2021 e n.º 5.101/2023, que estabelece novos critérios para operações de arrendamento mercantil a partir de 2025.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Diretoria Executiva, e sua aprovação foi concedida em 25/08/2026.

b) Convergência às normas internacionais de contabilidade

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, novas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme a tabela a seguir apresenta as normas recepcionadas:

Pronunciamentos CPC	Resolução CMN
CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Resolução CMN n.º 4.924/2021
CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Resolução CMN n.º 4.924/2021
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Resolução CMN n.º 4.818/2020
CPC 04 (R1) - Ativo Intangível	Resolução CMN n.º 4.534/2016
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	Resolução CMN n.º 4.818/2020
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Resolução CMN n.º 4.975/2021
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações	Resolução CMN n.º 3.989/2011
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Resolução CMN n.º 4.924/2021
CPC 24 - Evento Subsequente	Resolução CMN n.º 4.818/2020
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Resolução CMN n.º 3.823/2009
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Resolução CMN n.º 4.535/2016
CPC 28 - Propriedade para investimento	Resolução CMN n.º 4.967/2021
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	Resolução CMN n.º 4.877/2020
CPC 41 - Resultado por Ação	Resolução CMN n.º 4.818/2020
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo	Resolução CMN n.º 4.924/2021
CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente	Resolução CMN n.º 4.924/2021

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB, quando aplicáveis à esta cooperativa, foram empregados em sua integridade na elaboração destas demonstrações financeiras. Os impactos de divulgação requeridos pelas Resolução CMN n.º 4.966/2021, alterada pela Resolução CMN n.º 5.244/2025 e Resolução BCB n.º 352/2023 estão refletidos nas demonstrações deste período.

c) Moeda Funcional e apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que representa moeda funcional e de apresentação da Cooperativa. Salvo indicação em contrário, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o período de 2026:

A **Resolução CMN n.º 4.966/2021** - Instrumentos Financeiros e normativos relacionados - estabelece a designação e reconhecimento contábil de hedge e o ajuste ao valor presente de instrumentos financeiros

SICOOB COOPSEF - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE
ESTADO DA FAZENDA DO ESTADO DE MINAS GERAIS E DE LIVRE ADMISSÃO LTDA
Av. Brasil, 1660 – Boa Viagem - 30.140-004 - Belo Horizonte - MG.

Tel.: (31) 3269 5700 - Fax: (31) 3269 5724 - www.sicoobcoopsef.com.br - sicoobcoopsef@sicoobcoopsef.com.br

reestruturados, sendo efetivas a partir de 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

A **Resolução BCB n.º 513/2025**, dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis a serem observados pelas administradoras de consórcio, pelas instituições de pagamento, pelas sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, pelas sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários e pelas sociedades corretoras de câmbio autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na mensuração, no reconhecimento, na baixa e na evidenciação contábeis de ativos e de passivos de sustentabilidade e sobre a evidenciação em notas explicativas de informações adicionais relacionadas aos ativos e passivos de sustentabilidade a ser observada pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2027.

A **Lei Complementar n.º 214/2025**, que regulamenta a **Emenda Constitucional n.º 132/2023**, instituiu a Reforma Tributária. Em decorrência da promulgação e do avanço do processo de regulamentação da Reforma Tributária sobre o consumo, que estabelece a substituição gradativa de tributos atuais por um sistema dual composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços ("CBS") e pelo Imposto sobre Bens e Serviços ("IBS"), o Sicoob vem acompanhando as alterações normativas, seus atos infralegais e os respectivos efeitos potenciais sobre as operações, processos e sistemas da Cooperativa.

Considerando o estágio atual de implementação, o Sicoob vem conduzindo, para o próximo exercício, um plano de adequação voltado (i) à revisão de processos de faturamento e contratação com fornecedores, (ii) à avaliação de impactos sobre o preço e a estrutura de custos dos serviços oferecidos, (iii) avaliação sobre eventuais necessidades de emissão de nota fiscal de serviço, (iv) mapeamento e classificação das operações para fins de apuração e escrituração em eventuais obrigações acessórias, e (v) à atualização de sistemas, cadastros fiscais e parametrizações para captura, conciliação e suporte à apuração de créditos e débitos, quando aplicável.

Entre os principais temas em avaliação, destacam-se:

- a) impactos nos serviços oferecidos, inclusive pela eventual necessidade de adequações contratuais para refletir a forma de destaque e repasse de CBS/IBS nas notas fiscais e documentos fiscais equivalentes;
- b) procedimentos de apuração e controle de créditos tributários, observadas as regras de não cumulatividade e os requisitos de documentação e escrituração;
- c) adequações operacionais e de compliance, envolvendo governança de dados fiscais, trilhas de auditoria, conciliações e controles internos; e
- d) potenciais efeitos sobre apresentação, notas explicativas e divulgações, na medida em que evoluam as definições regulatórias e as orientações de órgãos competentes.

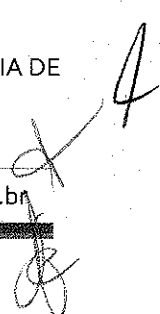
Na data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, não foi possível mensurar com confiabilidade os efeitos financeiros líquidos da Reforma Tributária para o próximo exercício, uma vez que parte relevante do arcabouço regulatório e operacional ainda se encontra em fase de detalhamento e implementação, podendo sofrer alterações. O Sicoob seguirá acompanhando a evolução normativa e, quando aplicável, refletirá os impactos na mensuração, no reconhecimento e/ou na divulgação contábil de forma prospectiva, em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a regulamentação aplicável.

Por fim, a **Resolução CMN n.º 5.281/2026** estabelece os critérios a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil no reconhecimento, na mensuração e na evidenciação contábeis de ativos virtuais de que trata o art. 3º da Lei n.º 14.478, de 21 de dezembro de 2022. Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2027.

2.2 Continuidade dos Negócios

SICOOPCOOPSEF - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO ESTADO DE MINAS GERAIS E DE LIVRE ADMISSÃO LTDA
Av. Brasil, 1660 – Boa Viagem - 30.140-004 - Belo Horizonte - MG.

Tel.: (31) 3269 5700 - Fax: (31) 3269 5724 - www.sicoobcoopsef.com.br - sicoobcoopsef@sicoobcoopsef.com.br



A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

3. Principais Políticas Materiais

3.1 Efeitos Tributários Cooperativas

Em decorrência da adoção da Resolução CMN n.º 4.966/2021, para as Cooperativas não há efeitos tributários a serem registrados dado que a Lei n.º 14.467/2022 não é aplicável.

Os critérios contábeis estabelecidos pela resolução foram aplicados de forma prospectiva e os efeitos dos ajustes decorrentes foram reconhecidos em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados em 1º de janeiro de 2025, líquidos dos respectivos efeitos tributários.

3.2 Operações de Crédito Cedidas

As cessões de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios passam a ter os seus resultados reconhecidos pelo prazo remanescente das operações. Os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

3.3 Investimentos

Representam investimentos em coligadas, controladas ou controladas em conjunto sujeitas à autorização de funcionamento pelo Banco Central do Brasil, bem como em outras instituições, sendo avaliadas pelo método de equivalência patrimonial conforme Resolução CMN n.º 4.817/2020.

3.4 Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e os ingressos operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei n.º 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou Cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

3.5 Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos, os quais são revisados no mínimo, anualmente. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas associadas ao risco de crédito, as provisões para ajuste dos ativos não financeiros ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dessas estimativas e premissas em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

3.6 Caixa e Equivalentes de Caixa

SICOOPCOOPSEF - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUA DOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO ESTADO DE MINAS GERAIS E DE LIVRE ADMISSÃO LTDA
Av. Brasil, 1660 – Boa Viagem - 30.140-004 - Belo Horizonte - MG.

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição. São utilizadas pelo Sicoob para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de acordo com a Nota 4.

3.7 Instrumentos Financeiros

I. Classificação dos instrumentos financeiros

Conforme requerido pela norma, foram aprovadas pelos órgãos de governança, as Políticas de Modelos de Negócios aplicáveis a todas as entidades sistêmicas para administração dos ativos financeiros. As Cooperativas administram e classificam os ativos financeiros em um dos três modelos/categorias descritas a seguir:

Modelo de Negócio 1: Manter os ativos para recebimento de fluxos de caixa contratuais;

Custo Amortizado: o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.

Modelo de Negócio 2: Gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do Ativo Financeiro.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.

Modelo de Negócio 3: Outros modelos de negócios.

Valor Justo no Resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima.

A classificação em cada uma das categorias de mensuração depende da avaliação do modelo de negócios para cada ativo financeiro, bem como das características dos seus fluxos de caixa contratuais (Somente Pagamento de Principal e Juros – Teste SPPJ).

Para determinar o modelo de negócios, a Cooperativa avalia a estratégia de obtenção de resultados financeiros, ou seja, pelo:

- i) recebimento de fluxos de caixa de principal e juros;
- ii) pela venda, ou por;
- iii) ambos. Para isso, leva em consideração, entre outros, as seguintes evidências:

- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio;
- como os gestores do negócio são remunerados;
- e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

A avaliação das características dos fluxos de caixa é feita por meio de aplicação do teste SPPJ a fim de avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse

SICOOPCOOPSEF - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE
ESTADO DA FAZENDA DO ESTADO DE MINAS GERAIS E DE LIVRE ADMISSÃO LTDA
Av. Brasil, 1660 – Boa Viagem - 30.140-004 - Belo Horizonte - MG.

Tel.: (31) 3269 5700 - Fax: (31) 3269 5724 - www.sicoobcoopsef.com.br - sicoobcoopsef@sicoobcoopsef.com.br

3.8 Derivativos

No período findo em 30 de junho de 2026, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

3.9 Método de Taxa Efetiva de Juros

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos futuros em caixa ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou passivo financeiro.

A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro.

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui os custos de transação identificados como elegíveis, como por exemplo:

- Receita com tarifas e taxas atreladas a concessão das operações;
- Despesa com empresas especializadas (análise documental, cobrança, serviços de vistorias e avaliações);
- Despesa com comissões e portabilidade de operações.

Os custos da transação são custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro. Conforme requisitos determinados pela Resolução BCB n.º 352/2023, a Cooperativa optou em utilizar a "metodologia diferenciada linear" para operações de crédito e com características de crédito.

O Sicoob, conforme estabelece a Resolução CMN n.º 4.966/2021, adotou de forma prospectiva a TJEO e passou a considerar os custos e receitas originados nas novas transações e que sejam qualificáveis para a aplicação da metodologia da taxa efetiva de juros para as novas operações, a partir de 1º de janeiro de 2025. Desta forma, estes custos e receitas foram incorporados aos saldos contábeis brutos das transações e reconhecidos no resultado.

3.10 Suspensão dos Juros (stop accrual)

De acordo com a Resolução CMN n.º 4.966/2021, a suspensão de juros de um contrato deve ocorrer quando o ativo for marcado com problemas de recuperação (caracterização do ativo problemático – Estágio 3), diferentemente do que estabelecia a Resolução CMN n.º 2.682/1999, cujo parâmetro para suspensão dos juros era apenas para as operações que apresentassem atrasos superiores a 59 (cinquenta e nove dias).

Dentre os critérios para marcação de ativo problemático, inclui-se operações com atraso superior a 90 (noventa) dias.

Conforme diretrizes constantes no Comunicado BCB n.º 42.403/2024, a Cooperativa adotou na carteira de crédito, o ajuste da posição de suspensão de juros (*stop accrual*) realizado nas operações em 31 de dezembro de 2024, mas que não atendam à condição de ativos problemáticos.

3.11 Provisão para Perdas

I. Visão Geral

A Cooperativa realiza a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito pela Metodologia Completa, de acordo com os critérios da Resolução CMN n.º 4.966/2021 e Resolução BCB n.º 352/2023 para:

SICOOPCOOPSEF - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUA DOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO ESTADO DE MINAS GERAIS E DE LIVRE ADMISSÃO LTDA
Av. Brasil, 1660 – Boa Viagem - 30.140-004 - Belo Horizonte - MG.

Aplicações interfinanceiras de liquidez;

Títulos e valores mobiliários;

Operações de créditos;

Outros ativos financeiros; e

Exposições "off-balance" (que gerem risco de crédito).

II. Estágios

A Cooperativa aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito.

Estágio 1: refere-se aos instrumentos financeiros sem aumento significativo do risco de crédito em relação à data da originação do crédito. Para esses casos, a probabilidade de *default* considerada no modelo de perda estimada é calculada para os próximos 12 meses apenas.

Estágio 2: refere-se aos instrumentos financeiros com aumento significativo do risco de crédito, mas que ainda não entraram em recuperação de crédito (sem *default*). Para esses casos, a probabilidade de *default* considerada no modelo é estimada para todo o prazo contratual do instrumento financeiro (*lifetime*).

Estágio 3: refere-se a instrumentos financeiros em recuperação de crédito (em *default*). Para esses casos, para fins de reconhecimento de perdas é reconhecido o maior valor de perda entre:

- A PE calculada com base nos dados observados estatísticos da Cooperativa; ou
- O piso de Estágio 3 determinado pela Resolução BCB n.º 352 de 2023 (anexo 1 da normativa – "Provisão para perdas incorridas aplicável aos ativos financeiros inadimplidos").

III. Aumento significativo no risco de crédito

O conceito de risco de crédito da operação é baseado na probabilidade de *default* para sua vida toda. Originalmente quando a operação é concedida pela Cooperativa é registrada em estágio 1 e, posteriormente, a cada data base, a Cooperativa avalia se o ativo apresentou aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

Em caso positivo, esta operação deve passar a ser considerada em estágio 2, ou ainda se o ativo, além de apresentar aumento significativo no risco de crédito, demonstrar evidência objetiva de recuperação de crédito, será alocado em estágio 3. Por fim, se a operação, além de apresentar a evidência de recuperação de crédito, tiver estimativas insignificantes de recuperação, esta deve ser baixada para prejuízo.

As definições de aumento significativo e evidência de ativo problemático, são baseadas não apenas em aspectos qualitativos e prospectivos (projeções de modelos de probabilidade de *default*), mas também no atraso efetivo do ativo financeiro.

Os ativos que devem ser considerados como estágio 2 são aqueles com aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, tendo como premissa refutável o atraso em 30 dias (limitado a 60 dias).

Em estágio 3 devem ser todos os contratos que têm evidência de problema de recuperação de crédito. Essencialmente, a marcação de ativo problemático é dada quando um contrato atinge atraso de pagamento

SICOOPCOOPSEF - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE
ESTADO DA FAZENDA DO ESTADO DE MINAS GERAIS E DE LIVRE ADMISSÃO LTDA
Av. Brasil, 1660 – Boa Viagem - 30.140-004 - Belo Horizonte - MG.

Tel.: (31) 3269 5700 - Fax: (31) 3269 5724 - www.sicoobcoopsef.com.br - sicoobcoopsef@sicoobcoopsef.com.br

da dívida acima de 90 dias em atraso, marcação de reestruturação ou quando o cliente possui características que evidencie dificuldade de pagamento como quando ele está em situação de recuperação judicial.

IV. Cálculo da perda esperada

O cálculo da perda esperada visa gerar a expectativa das perdas em crédito ao longo de um dado horizonte de tempo, e engloba a avaliação de três parâmetros:

Probabilidade de default – PD: A PD é a probabilidade futura de um ativo entrar em inadimplemento em uma janela de tempo determinada;

Perda dada ao default – LGD: A LGD é o percentual esperado de perda de um cliente dado o *default*. É um componente importante para a modelagem do risco de crédito da Cooperativa para que consiga através de modelos mensurar qual é a probabilidade esperada de perda dada a contratação/renovação de contratos e clientes, podendo estender análises específicas para os diferentes tipos de garantias, percentual de cobertura das garantias, entre outras informações do cliente.

Exposição ao default – EAD: É a exposição na data da inadimplência.

Adicionalmente, a Resolução CMN n.º 4.966/2021, determina que todos os modelos tenham inclusão de variáveis preditivas de fatores macroeconômicos para proporcionar uma visão do risco à exposição dos fatores exógenos, preparar e antecipar as instituições na avaliação de impactos em eventos extremos (cenários sob estresses). Em outras palavras, as variáveis *forward looking* funcionam como uma calibragem dos modelos sob efeitos macroeconômicos ou política de crédito.

3.12 Ativos Financeiro com Problema de Recuperação de Crédito

O ativo financeiro é caracterizado como “Ativo Problemático” quando:

- Ocorrer atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal e encargos;
- Se houver algum indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais;
- Todas as operações enquadradas como reestruturadas;

É considerado reestruturação uma renegociação que implique a concessão de vantagens à contraparte em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia ou da qualidade creditícia do interveniente ou do instrumento mitigador.

Quando um instrumento financeiro é caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, as operações de uma mesma contraparte ou de contrapartes conectadas, são arrastadas (na data-base do balancete relativo ao mês em que ocorreu a caracterização) para Estágio 3.

Poderá não ocorrer o efeito arrasto nas ocasiões em que a Instituição apresentar os seguintes critérios:

- Operações cujo gerenciamento do risco de crédito é realizado de forma massificada;
- Instrumento financeiro que, em virtude de sua natureza ou de sua finalidade, apresente risco de crédito significativamente inferior ao instrumento da mesma contraparte caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito.

A partir do momento da caracterização como ativo problemático, as receitas ainda não recebidas são suspensas, sendo apropriadas no resultado quando do seu efetivo recebimento.

SICOOPCOOPSEF - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO ESTADO DE MINAS GERAIS E DE LIVRE ADMISSÃO LTDA
Av. Brasil, 1660 – Boa Viagem - 30.140-004 - Belo Horizonte - MG.

Considera-se que o ativo financeiro deixará de ser classificado como problemático quando são observadas evidências de melhora na capacidade de pagamento da contraparte. Especificamente, considera-se que o ativo financeiro deixará de ser classificado como problemático após a realização de pagamentos consecutivos, sem atrasos, até que seja atingido um percentual mínimo do saldo devedor, conforme critérios internos definidos com base nas diretrizes da Resolução CMN n.º 4.966/2021.

Essa reclassificação é condicionada à ausência de parcelas vencidas, ao cumprimento das obrigações contratuais e à evidência de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originalmente pactuadas ou renegociadas, sem dependência da execução de garantias ou colaterais.

Os ativos financeiros são baixados do balanço patrimonial quando não há expectativa razoável de recuperação de seu valor, total ou parcial. Essa baixa decorre do reconhecimento de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme previsto no artigo 49 da Resolução CMN n.º 4.966/2021.

A avaliação da necessidade de baixa considera evidências objetivas de perda, incluindo, mas não se limitando a: inadimplência prolongada ou ausência de perspectivas de recuperação após esgotadas as medidas de cobrança e recuperação, inclusive aquelas envolvendo garantias e colaterais.

A instituição adota integralmente os critérios estabelecidos no § 4º do artigo 3º da Resolução CMN n.º 4.966/2021 para a reclassificação de ativos financeiros anteriormente identificados como com problema de recuperação de crédito.

Para que um ativo deixe de ser enquadrado nessa condição, devem ser atendidos, de forma cumulativa, os seguintes requisitos:

- Inexistência de parcelas vencidas, inclusive encargos;
- Manutenção de pagamentos pontuais do principal e encargos por período suficiente para evidenciar melhora significativa na capacidade financeira da contraparte;
- Cumprimento das demais obrigações contratuais pelo mesmo período;
- Existência de evidências de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originalmente pactuadas ou renegociadas, sem a necessidade de execução de garantias ou colaterais.
- A aplicação desses critérios visa assegurar que a reclassificação reflita de forma fidedigna a real capacidade de recuperação do crédito pela instituição, em consonância com as melhores práticas.

3.13 Imobilizado de Uso

Está composto por equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações. Esses bens são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada.

Nos termos da Resolução CMN n.º 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas conforme a vida útil estimada dos bens, a saber:

- Edificações – 4%;
- Móveis e equipamentos – 10%;
- Instalações – 10%;
- Processamento de dados e sistema de segurança – 20%.

SICOOPCOOPSEF - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUA DOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE
ESTADO DA FAZENDA DO ESTADO DE MINAS GERAIS E DE LIVRE ADMISSÃO LTDA
Av. Brasil, 1660 – Boa Viagem - 30.140-004 - Belo Horizonte - MG.

3.14 Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN n.º 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, são amortizados a uma taxa anual de:

- Intangíveis 20%, 33,33% e 100%.

3.15 Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

3.16 Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

3.17 Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

3.18 Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, e dos passivos contingentes são efetuados de acordo com a Resolução CMN n.º 3.823/2009, que determina a observância do Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As Provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar essa obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para Demandas Judiciais são reconhecidas contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

As Obrigações Legais são aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

3.19 Tributos

Em cumprimento ao artigo 87 da Lei n.º 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

SICOOPCOOPSEF - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUA DOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE
ESTADO DA FAZENDA DO ESTADO DE MINAS GERAIS E DE LIVRE ADMISSÃO LTDA
Av. Brasil, 1660 – Boa Viagem - 30.140-004 - Belo Horizonte - MG.

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do artigo 194 do Decreto n.º 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 15% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

As alíquotas dos impostos federais correspondem às regras fiscais determinadas pelo poder Legislativo para o Lucro Real, regime de tributação adotado pelas cooperativas do Sicoob.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado nas operações realizadas com associados não está sujeito à tributação, conforme o regime jurídico das sociedades Cooperativas.

3.20 Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante), apresentados por faixa de vencimento.

3.21 Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

3.22 Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

3.23 Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2026.

SICOOPCOOPSEF - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE
ESTADO DA FAZENDA DO ESTADO DE MINAS GERAIS E DE LIVRE ADMISSÃO LTDA
Av. Brasil, 1660 – Boa Viagem - 30.140-004 - Belo Horizonte - MG.

3.24 Operações de Arrendamento - Arrendatário

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de arrendamentos estão de acordo com os critérios definidos pelo CPC 06 – Arrendamentos, o qual foi aprovado pela Resolução CMN n.º 4.975/2021.

A Cooperativa possui contratos com ativos de valor inferior a R\$ 30.961,50 (trinta mil, novecentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos), o parâmetro definido no IFRS 16 – Arrendamentos, com a referência de US\$ 5.000,00 (cinco mil dólares), multiplicado pelo valor do dólar PTAX na cotação de 31/12/2024 ou com prazo inferior a 12 (doze) meses — considerados de baixo valor ou curto prazo — não são tratados como arrendamentos, salvo quando houver expectativa de renovação.

Conforme os itens 5 e 6 da norma de **Isenção de Reconhecimento**, é permitido à entidade reconhecer os pagamentos de arrendamento diretamente como despesa operacional linear no resultado do período. Essa isenção aplica-se a contratos de **curto prazo e de baixo valor**, desobrigando o registro do Ativo de Direito de Uso e do Passivo de Arrendamento.

O prazo do arrendamento considera o período não cancelável do contrato, as expectativas de renovação ou rescisão e o tempo estimado de uso do ativo.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	30/06/2026			31/12/2025		
	Valor contábil bruto	Perda Esperada	Saldo Líquido	Valor contábil bruto	Perda Esperada	Saldo Líquido
Disponibilidades	554.607,62		554.607,62	508.430,51		508.430,51
Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira (a)	178.027.777,88	-	178.027.777,88	171.950.294,73	-	171.950.294,73
Saldo Caixa e Equivalente de Caixa	178.582.385,50	-	178.582.385,50	172.458.725,24	-	172.458.725,24

a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CECREMGE como determinado no art. 3º, da Resolução CMN n.º 5.051/2022, alterada pela Resolução CMN n.º 5.131/2024, cujos rendimentos auferidos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 registrados em contrapartida à receita de “Ingressos de Depósitos Intercooperativos”, foram respectivamente:

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Rendimentos da Centralização Financeira	11.633.435,57	10.097.861,99

O Sicoob não constitui provisão para risco de crédito nas operações de centralização financeira, uma vez que o risco de contraparte é integralmente assumido e mitigado no âmbito do próprio sistema cooperativo. Nessas operações, a exposição decorre exclusivamente de relações intrassistêmicas, cuja responsabilidade e capacidade de absorção de riscos estão distribuídas entre as entidades que compõem o Sistema.

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Títulos e Valores Mobiliários e demais Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são compostos pelos recursos provenientes aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários e demais ativos financeiros, sendo mensurados por categorias, conforme apresentados abaixo:

5.1 Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado

Abaixo, composição dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:

SICOOPCOOPSEF - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE
ESTADO DA FAZENDA DO ESTADO DE MINAS GERAIS E DE LIVRE ADMISSÃO LTDA
Av. Brasil, 1660 – Boa Viagem - 30.140-004 - Belo Horizonte - MG.

30/06/2026				31/12/2025		
Descrição	Valor contábil	Perda Esperada	Saldo Líquido	Valor contábil	Perda Esperada	Saldo Líquido
Aplicações Interf. de Liquidez	-	-	-	486.358,93	-	486.358,93
TOTAL	-	-	-	486.358,93	-	486.358,93

Em atendimento às disposições das Resoluções CMN nº 5.210/2024 e nº 5.216/2024, que passaram a produzir efeitos a partir de 1º de julho de 2025, as cooperativas de crédito passaram a ter a obrigatoriedade de cumprir a exigibilidade de Crédito Rural incidente sobre os Depósitos à Vista (13%) e sobre os recursos captados em LCA (60%).

Conforme estabelecido no comunicado da Gerência Financeira (CCI-0001/2025), a exigibilidade deve ser cumprida, preferencialmente, com recursos próprios destinados à concessão de crédito rural, podendo, alternativamente, ser atendida mediante aplicação de igual montante no Banco Sicoob, em conformidade com o disposto no Manual de Crédito Rural do Banco Central (MCR).

A regulamentação inicialmente vigorou a partir de 1º de julho de 2025 e em 30 de junho de 2026 a aplicação inicial R\$ 486.358,93, tendo sua aplicação sido resgatada nesta data e para o exercício (nova safra) iniciado em julho de 2026, visando ao cumprimento da exigibilidade regulamentar e considerando a estratégia adotada pela cooperativa de realizar a aplicação dos recursos no Banco Sicoob, foram efetuadas as seguintes aplicações:

Descrição	Valor Aplicado
PRONAF	552.645,69
PRONAMP	789.493,84
DEMAIS	236.848,15
TOTAL	1.578.987,68

As aplicações acima demonstram o atendimento às exigibilidades regulamentares previstas pelo Conselho Monetário Nacional, preservando a conformidade da cooperativa com a legislação vigente e garantindo o adequado direcionamento dos recursos obrigatórios destinados ao financiamento do crédito rural.

5.2 Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado

Abaixo, composição dos ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:

Descrição	30/06/2026			31/12/2025		
	Valor contábil	Perda Esperada	Valor Justo	Valor contábil	Perda Esperada	Valor Justo
Participação em Cooperativa Central de Crédito	11.867.510,75		11.867.510,75	10.556.725,65		10.556.725,65
Participação em Autorizada Controlada por Coop. de Crédito ou Confederação de Serviço	10.775.112,17		10.775.112,17	9.219.200,70		9.219.200,70
Títulos e Valores Mobiliários	22.642.622,92		22.642.622,92	19.775.926,35		19.775.926,35

Os ativos financeiros demonstrados na tabela acima, estão classificados a valor justo por meio do resultado em decorrência de falharem no teste de SPPJ.

a.) Referem-se a saldos de participações de cooperativas em entidades avaliadas pelo custo de aquisição que compõe o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Resolução CMN n.º 4.817/2020 e na Instrução Normativa BCB n.º 269 de 01/04/2022.

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC a apresentação das variações desses ativos foi mantida no fluxo das "Atividades de Investimento", tendo em vista que a reclassificação realizada pelo Banco Central do Brasil não alterou a essência dessas participações, que permanecem sendo ativos de longo prazo conforme item 16.a do CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

SICOOPCOOPSEF - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO ESTADO DE MINAS GERAIS E DE LIVRE ADMISSÃO LTDA
Av. Brasil, 1660 – Boa Viagem - 30.140-004 - Belo Horizonte - MG.

Tel.: (31) 3269 5700 - Fax: (31) 3269 5724 - www.sicoobcoopsef.com.br - sicoobcoopsef@sicoobcoopsef.com.br

4

5.3 Resumo da Carteira Consolidada por Categoria de Mensuração

Descrição	30/06/2026			31/12/2025		
	Valor contábil	Perda Esperada	Saldo Líquido	Valor contábil	Perda Esperada	Saldo Líquido
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	-	-	-	486.358,93	-	486.358,93
Ativos Financeiros Mensurados ao VJR	22.642.622,92	-	22.642.622,92	19.775.926,35	-	19.775.926,35
TOTAL	22.642.622,92	-	22.642.622,92	20.262.285,28	-	20.262.285,28

5.4 Relações e Repasses Interfinanceiras

Descrição	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Recursos Transferidos - Centralização Financeira	178.027.777,88	-	178.027.777,88	171.950.294,73	-	171.950.294,73
TOTAL	178.027.777,88	-	178.027.777,88	171.950.294,73	-	171.950.294,73

5.5 Resultado de Operações com Ativos Financeiros

a) Resultado das Aplicações Interfinanceiras de Liquidez:

Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez, registrados em contrapartida à receita de "Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez", foram, respectivamente:

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	11.512,72	-

5.6 Classificação por Estágio

Abaixo a composição dos estágios das Aplicações Interfinanceira de Liquidez e Títulos e Valores Mobiliários:

Descrição	30/06/2026			31/12/2025		
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3
Aplicações Interfinanceira de Liquidez	-	-	-	486.358,93	-	-
TOTAL	-	-	-	486.358,93	-	-

6. Operações de Crédito e Outras Operações com Características de Concessão de Crédito

Abaixo, a composição da carteira de crédito e outras operações com características de concessão de crédito mensurados ao custo amortizado:

Descrição	30/06/2026			31/12/2025		
	Valor Contábil	Perda Esperada	Saldo Líquido	Valor contábil	Perda Esperada	Saldo Líquido
Operações Crédito - Custo Amortizado						
Adiantamento a Depositantes	17.997,28	(7.348,19)	10.649,09	9.431,82	(6.991,57)	2.440,25
Cheque Especial	5.602.815,09	(1.072.407,13)	4.530.407,96	5.042.485,93	(939.745,19)	4.102.740,74
Empréstimos	82.550.414,52	(4.120.578,81)	78.429.835,71	83.976.192,04	(3.880.493,74)	80.095.698,30
Direitos Creditórios Descontados	2.485.237,68	(42.571,59)	2.442.666,09	1.326.462,47	(3.881,90)	1.322.580,57
Financiamentos	59.725,67	(3.857,37)	55.868,30	71.810,22	(4.011,62)	67.798,60
Total - Operações de Crédito	90.716.190,24	(5.246.763,09)	85.469.427,15	90.426.382,48	(4.835.124,02)	85.591.258,46
Operações C/Características Concessão de Crédito - Custo Amortizados						
Créditos por Avais e Fianças Honorários	160.626,30	(111.441,33)	49.184,97	82.060,47	(52.920,81)	29.139,66
Total - Operações c/Características de Concessão de Crédito	160.626,30	(111.441,33)	49.184,97	82.060,47	(52.920,81)	29.139,66

SICOOPCOOPSEF - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO ESTADO DE MINAS GERAIS E DE LIVRE ADMISSÃO LTDA
Av. Brasil, 1660 – Boa Viagem - 30.140-004 - Belo Horizonte - MG.

Tel.: (31) 3269 5700 - Fax: (31) 3269 5724 - www.sicoobcoopsef.com.br - sicoobcoopsef@sicoobcoopsef.com.br

6.1 Composição da Carteira de Crédito por Tipo de Produto, Cliente e Atividade Econômica

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	30/06/2026	31/12/2025
Setor Privado - Serviços	4.305.528,20	-	4.305.528,20	2.978.372,48
Pessoa Física	86.350.936,37	59.725,67	86.410.662,04	87.448.010,00
TOTAL	90.656.464,57	59.725,67	90.716.190,24	90.426.382,48

6.2 Operações Renegociadas

As operações renegociadas estão assim compostas:

30/06/2026		31/12/2025
Natureza da Operação	Renegociadas	Renegociadas
Operações de Crédito	7.219.034,26	14.863.077,74
TOTAL	7.219.034,26	14.863.077,74

6.3 Resultado de Operações de Crédito

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Operação de Crédito	9.890.057,12	9.453.366,04
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	7.648,76	9.705,51
Rendas de Empréstimos	9.622.585,92	9.313.600,63
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	250.557,72	118.084,10
Rendas de Financiamentos	6.978,37	11.673,46
Rendas de Créditos por Avais e Fianças Honorários	2.286,35	302,34
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	109.963,02	82.864,03
Recuperação Prejuízo Operações de Crédito - Exercício Corrente	2.622,98	650,86
Recuperação Prejuízo Operações de Crédito - Exercício Anterior	42.655,86	45.887,62
Recuperação Prejuízo Operações de Crédito - Outros Exercícios	64.684,18	36.325,55
TOTAL	10.000.020,14	9.536.230,07

6.4 Classificação por Estágios

As operações de crédito, Outras Operações com Características de Concessão de Crédito e Garantias Prestadas estão compostas nos estágios abaixo:

30/06/2026					31/12/2025			
Descrição	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	TOTAL	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	TOTAL
Adiantamentos a Depositantes	25,82	11.848,93	6.122,53	17.997,28	-	431,33	9.000,49	9.431,82
Direitos Creditórios Descontados	2.485.237,68	-	-	2.485.237,68	1.326.462,47	-	-	1.326.462,47
Empréstimos	71.706.791,71	8.317.911,50	8.128.526,40	88.153.229,61	73.747.891,51	6.929.886,71	8.340.899,75	89.018.677,97
Financiamentos	59.725,67	-	-	59.725,67	65.891,73	-	5.918,49	71.810,22
Total - Oper. Créd.	74.251.780,88	8.329.760,43	8.134.648,93	90.716.190,24	75.140.245,71	6.930.318,04	8.355.818,73	90.426.382,48
Garantias Financ. Prestadas	3.407.311,49	125.235,15	151.568,49	3.684.115,13	3.279.523,74	144.050,85	130.715,30	3.554.289,89
Operações C/Carac. Conc. Crédito - (a.)	-	-	160.626,30	160.626,30	-	-	82.060,47	82.060,47
TOTAL	77.659.092,37	8.454.995,58	8.446.843,72	94.560.931,67	78.419.769,45	7.074.368,89	8.568.594,50	94.062.732,84

a.) Operações com Característica de Concessão de Crédito são compostos por Créditos por avais e fianças.

6.5 Concentração das Operações por Modalidade, Maiores Devedores e Faixas de Vencimento

a) Composição das operações por faixa de vencimento:

SICOOPCOOPSEF - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO ESTADO DE MINAS GERAIS E DE LIVRE ADMISSÃO LTDA
Av. Brasil, 1660 - Boa Viagem - 30.140-004 - Belo Horizonte - MG.

Tel.: (31) 3269 5700 - Fax: (31) 3269 5724 - www.sicoobcoopsef.com.br - sicoobcoopsef@sicoobcoopsef.com.br

Data base - dezembro/2025	A vencer até 90 dias	A vencer até 91 a 360 dias	A vencer acima 360 dias	Vencido a partir de 15 dias	Total
Adiantamentos a Depositantes	73,79	0,00	0,00	9.358,03	9.431,82
Direitos Creditórios Descontados	758.670,55	567.791,92	0,00	0,00	1.326.462,47
Empréstimos	12.093.506,17	15.716.672,96	59.862.104,84	1.346.394,00	89.018.677,97
Financiamentos	7.958,47	11.355,73	50.199,41	2.296,61	71.810,22
Garantias Financeiras Prestadas	744.185,03	2.695.326,46	65.466,02	49.312,38	3.554.289,89
Outras Op. Carac. de Conc. Créd.	0,00	0,00	0,00	82.060,47	82.060,47
Total	13.604.394,01	18.991.147,07	59.977.770,27	1.489.421,49	94.062.732,84

Data base - janeiro/2026	A vencer até 90 dias	A vencer até 91 a 360 dias	A vencer acima 360 dias	Vencido a partir de 15 dias	Total
Adiantamentos a Depositantes	11.576,51	0,00	0,00	6.420,77	17.997,28
Direitos Creditórios Descontados	1.629.483,11	855.754,57	0,00	0,00	2.485.237,68
Empréstimos	12.158.744,90	18.121.270,84	56.464.735,40	1.408.478,47	88.153.229,61
Financiamentos	4.521,42	12.608,93	41.583,19	1.012,13	59.725,67
Garantias Financeiras Prestadas	804.153,32	2.729.929,16	114.045,82	35.986,83	3.684.115,13
Outras Op. Carac. de Conc. Créd.	0,00	0,00	0,00	160.626,30	160.626,30
Total	14.608.479,26	21.719.563,50	56.620.364,41	1.612.524,50	94.560.931,67

b) Composição dos Maiores Devedores:

Descrição	30/06/2026	% Carteira Total	31/12/2025	% Carteira Total
Maior Devedor	2.485.237,68	2,74%	1.326.462,47	1,47%
10 Maiores Devedores	7.560.860,22	8,33%	6.131.674,90	6,78%
50 Maiores Devedores	21.793.849,86	24,02%	20.183.910,00	22,32%

6.6 Movimentação em Estágios das Operação da Carteira Bruta

30/06/2026					31/12/2025			
Descrição	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	TOTAL	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	TOTAL
Saldo Inicial	78.419.769,45	7.074.368,89	8.568.594,50	94.062.732,84	81.054.017,47	7.497.236,59	5.916.754,94	94.468.009,00
(-) Transferido Estágio 1	58.425.289,57	1.040.362,92	-	59.465.652,49	46.835.934,35	888.483,75	80.172,18	47.804.590,28
(-) Transferido Estágio 2	2.768.032,57	3.951.933,3	436.149,54	7.156.115,41	2.825.954,04	2.477.976,09	-	5.303.930,13
(-) Transferido Estágio 3	761.333,58	781.048,80	6.518.780,10	8.061.162,48	1.364.839,04	2.058.940,33	4.001.176,45	7.424.955,82
(+) Transferido Estágio 1	58.425.289,57	2.768.032,56	761.333,55	61.954.655,68	46.835.934,35	2.825.954,04	1.364.839,04	51.026.727,43
(+) Transferido Estágio 2	1.040.362,92	3.951.933,31	781.048,80	5.773.345,03	888.483,75	2.477.976,09	2.058.940,33	5.425.400,17
(+) Transferido Estágio 3	-	436.149,54	6.518.780,13	6.954.929,67	80.172,18	-	4.001.176,45	4.081.348,63
(+) Aquisição	18.193.439,88	1.298.880,17	385.681,24	19.878.001,29	30.615.179,17	1.770.438,76	1.143.638,68	33.529.256,61
(+) Aquisição de Juros	1.764.745,74	72.689,86	114.187,52	1.951.623,12	1.638.177,78	114.403,28	42.007,93	1.794.588,99
(-) Liquidação	9.540.713,01	705.605,23	626.255,87	10.872.574,11	18.593.488,28	835.565,29	653.980,16	20.083.033,73
(-) Liquidação Parcial	8.689.146,50	668.108,49	761.229,84	10.118.484,83	13.071.979,54	994.478,56	848.587,47	14.915.045,57
(-) Baixa para Prejuízo	-	-	340.366,64	340.366,64	-	356.195,85	374.846,61	731.042,46
Saldo Final	77.659.092,37	8.454.995,58	8.446.843,72	94.560.931,67	78.419.769,45	7.074.368,89	8.568.594,50	94.062.732,84

6.7 Consolidação dos Estágios das Operações Carteira Bruta

SICOOPCOOPSEF - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO ESTADO DE MINAS GERAIS E DE LIVRE ADMISSÃO LTDA
Av. Brasil, 1660 - Boa Viagem - 30.140-004 - Belo Horizonte - MG.

Tel.: (31) 3269 5700 - Fax: (31) 3269 5724 - www.sicoobcoopsef.com.br - sicoobcoopsef@sicoobcoopsef.com.br

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Saldo Inicial	94.062.732,84	94.468.009,00
(+) Aquisição	21.829.624,41	35.323.845,60
(-) Liquidação	(20.991.058,94)	(34.998.079,30)
(-) Baixa para Prejuízo	(340.366,64)	(731.042,46)
Saldo Final	94.560.931,67	94.062.732,84

a) Na Tabela abaixo estão apresentadas as operações de crédito alocadas no terceiro estágio com 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) dias de atraso.

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Estágio	De 31 a 60 dias de atraso	De 31 a 60 dias de atraso
Estágio 3	170.542,00	153.833,61

7. Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

Abaixo a composição dos estágios das Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito e para Garantias Financeiras Prestadas:

Descrição	30/06/2026				31/12/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	TOTAL	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	TOTAL
Adiantamentos a Depositantes	3,68	3.170,10	4.174,41	7.348,19	-	113,23	6.878,34	6.991,57
Direitos Creditórios Descontados	42.571,59	-	-	42.571,59	3.881,90	-	-	3.881,90
Empréstimos	836.403,10	604.369,09	3.752.213,75	5.192.985,94	824.408,52	530.787,67	3.465.042,74	4.820.238,93
Financiamentos	3.857,37	-	-	3.857,37	733,37	-	3.278,25	4.011,62
Total - Operações de Crédito	882.835,74	607.539,19	3.756.388,16	5.246.763,09	829.023,79	530.900,90	3.475.199,33	4.835.124,02
Títulos Característica de Concessão de Crédito	17.591,09	8.224,16	97.746,53	123.561,78	16.541,69	12.011,94	84.298,28	112.851,91
Outros Créditos	-	-	111.441,33	111.441,33	-	-	52.920,81	52.920,81
TOTAL	900.426,83	615.763,35	3.965.576,02	5.481.766,20	845.565,48	542.912,84	3.612.418,42	5.000.896,74

7.1 Movimentação em Estágios das Provisões

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito tiveram as seguintes movimentações:

Descrição	30/06/2026				31/12/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	TOTAL	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	TOTAL
Provisão Inicial	845.565,48	542.912,84	3.612.418,42	5.000.896,74	1.009.187,16	746.346,45	2.120.311,00	3.875.844,61
(-) Transferido Estágio 1	526.636,13	74.339,87	-	600.976,00	503.426,37	100.054,20	68.078,62	671.559,19
(-) Transferido Estágio 2	116.403,07	286.212,36	125.111,29	527.726,72	96.862,08	194.787,91	-	291.649,99
(-) Transferido Estágio 3	74.184,41	109.261,11	3.059.841,67	3.243.287,19	95.752,83	341.086,03	1.814.309,90	2.251.148,80
(+) Transferido Estágio 1	526.636,13	116.403,07	74.184,41	717.223,61	503.426,37	96.862,08	95.752,83	696.041,28
(+) Transferido Estágio 2	74.339,87	286.212,36	109.261,11	469.813,34	100.054,20	194.787,91	341.086,03	635.928,14
(+) Transferido Estágio 3	-	125.111,29	3.059.841,67	3.184.952,96	68.078,62	-	1.814.309,94	1.882.388,56
(+) Novas Operações	347.778,32	90.679,97	240.500,44	678.958,73	440.117,24	169.692,64	539.886,99	1.149.696,87
(+) Aumento de Provisão	105.490,08	155.455,91	1.110.136,09	1.371.082,08	74.101,18	150.916,72	1.518.393,89	1.743.411,79
(-) Reversão Total	128.341,87	73.099,50	427.465,46	628.906,83	313.145,88	84.652,32	154.441,80	243.356,40
(-) Reversão Parcial	153.817,57	158.099,25	326.357,08	638.273,90	340.212,13	69.346,51	697.011,26	1.106.569,90
(-) Baixa Prejuízo (Prov.)	-	-	301.990,62	301.990,62	-	25.765,99	392.364,24	418.130,23
Provisão Final	900.426,83	615.763,35	3.965.576,02	5.481.766,20	845.565,48	542.912,84	3.612.418,42	5.000.896,74

SICOOPCOOPSEF - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO ESTADO DE MINAS GERAIS E DE LIVRE ADMISSÃO LTDA
Av. Brasil, 1660 – Boa Viagem - 30.140-004 - Belo Horizonte - MG.

Tel.: (31) 3269 5700 - Fax: (31) 3269 5724 - www.sicoobcoopsef.com.br - sicoobcoopsef@sicoobcoopsef.com.br

7.2 Consolidação dos Estágios das Provisões

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Provisão Inicial	5.000.896,74	3.875.844,61
(+) Constituição	2.050.040,81	2.893.108,66
(-) Reversão	(1.267.180,73)	(1.349.926,30)
(-) Baixa para Prejuízo (Provisão)	(301.990,62)	(418.130,23)
Provisão Final	5.481.766,20	5.000.896,74

8. Outros Ativos Financeiros

Os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estão assim compostos:

Descrição	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Rendas a Receber	2.079.910,07	-	2.079.910,07	2.140.106,47	-	2.140.106,47
Devedores por Depósitos em Garantia	-	5.055.739,89	5.055.739,89	-	4.919.466,25	4.919.466,25
Títulos e Créditos a Receber	169,99	-	169,99	-	-	-
TOTAL	2.080.080,06	5.055.739,89	7.135.819,95	2.140.106,47	4.919.466,25	7.059.572,72

8.1 Rendas a Receber

Descrição	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Rendas Convênio	1.371,32	-	1.371,32	1.378,19	-	1.378,19
Rendas de Cartões	65.767,92	-	65.767,92	61.026,04	-	61.026,04
Rendas Centralização Financeira	2.001.522,51	-	2.001.522,51	2.067.012,50	-	2.067.012,50
Rendas de Domicílio Bancário	5.102,65	-	5.102,65	4.451,06	-	4.451,06
Rendas de Poupança	5.700,89	-	5.700,89	5.471,91	-	5.471,91
Rendas de Transações Interfinanceiras	438,48	-	438,48	743,67	-	743,67
Outras Rendas a Receber	6,30	-	6,30	23,10	-	23,10
TOTAL	2.079.910,07	-	2.079.910,07	2.140.106,47	-	2.140.106,47

8.2 Títulos e Créditos a Receber

Descrição	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Valores a receber - Aluguel SIPAG 2.0	169,99	-	169,99	-	-	-
TOTAL	169,99	-	169,99	-	-	-

8.3 Devedores por Depósitos em Garantia

Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais para:

Descrição	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
PIS Folha - Depósito Judicial	-	228.697,67	228.697,67	-	185.756,27	185.756,27
COFINS - Depósito Judicial	-	4.827.042,22	4.827.042,22	-	4.733.709,98	4.733.709,98
TOTAL	-	5.055.739,89	5.055.739,89	-	4.919.466,25	4.919.466,25

9. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Os ativos fiscais, correntes e diferidos estão assim compostos:

Descrição	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
IRRF S/Comissões - intermediação financ.- a compensar	-	-	-	500,00	-	500,00
IR retidos - a compensar	116.425,81	-	116.425,81	116.200,98	-	116.200,98
TOTAL	116.425,81	-	116.425,81	116.700,98	-	116.700,98

10. Outros Ativos

Os outros ativos estão assim compostos:

Descrição	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamentos e Antecipações Salariais – (10.1)	229.341,45	-	229.341,45	66.351,61	-	66.351,61
Adiantamentos para Pagamentos de nossa Conta	3.305,56	-	3.305,56	5.631,12	-	5.631,12
Devedores Diversos - País	89,62	-	89,62	624,44	-	624,44
Ativos em Estoque	26,00	-	26,00	104,00	-	104,00
Ativos não Financ Mantidos P/Venda - Próprios – (10.2)	275.857,20	-	275.857,20	275.857,20	-	275.857,20
Despesas Antecipadas – (10.3)	110.165,67	-	110.165,67	13.778,25	-	13.778,25
TOTAL	618.785,50	-	618.785,50	362.346,62	-	362.346,62

10.1 Adiantamentos e Antecipações Salariais

Em Adiantamentos e Antecipações Salariais estão registrados:

Descrição	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamento de 13º Salário	197.940,05	-	197.940,05	17.222,88	-	17.222,88
Adiantamento de Férias	15.589,17	-	15.589,17	49.128,73	-	49.128,73
Adiantamento de FGTS - 13º Salário	15.812,23	-	15.812,23	-	-	-
TOTAL	229.341,45	-	229.341,45	66.351,61	-	66.351,61

10.2 Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda

Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda, está registrado um bem de uso não próprio, adquirido pela própria Cooperativa, não destinados a uso próprio e não estão sujeitos a depreciação ou correção.

10.3 Despesa Antecipadas

Em Despesa Antecipadas estão registrados:

Descrição	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Prêmios de Seguros	1.155,68	-	1.155,68	11.776,46	-	11.776,46
Assinaturas e Periódicos	2.524,33	-	2.524,33	2.001,79	-	2.001,79
Comissões e Prêmios	19.306,60	-	19.306,60	-	-	-
Contribuição Cooperativista	87.179,06	-	87.179,06	-	-	-
TOTAL	110.165,67	-	110.165,67	13.778,25	-	13.778,25

11. Imobilizado de Uso

Os montantes do imobilizado de uso estão assim compostos:

Descrição	30/06/2026				31/12/2025			
	Taxa de Depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido	
Terrenos		495.808,68		495.808,68	495.808,68		495.808,68	
Edificações	4%	2.577.452,16	(2.467.298,24)	110.153,92	2.577.452,16	(2.463.688,59)	113.763,57	
Instalações	10%	814.279,47	(794.237,06)	20.042,41	800.513,33	(792.271,15)	8.242,18	
Móveis e equipamentos de Uso	10%	1.024.329,00	(902.380,09)	121.948,91	1.014.315,62	(889.557,19)	124.758,43	
Equipamento de Processamento de Dado	20%	360.074,68	(290.155,20)	69.919,48	360.074,68	(278.788,32)	81.286,36	
Equipamento de Comunicação e Segurança	20%	69.766,75	(69.658,49)	108,26	69.766,75	(68.823,22)	943,53	
Total		5.341.710,74	(4.523.729,08)	817.981,66	5.317.931,22	(4.493.128,47)	824.802,75	

Tomando por base as determinações do pronunciamento técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Administração efetua análise de recuperabilidade dos seus ativos no encerramento SICOOPCOOPSEF - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO ESTADO DE MINAS GERAIS E DE LIVRE ADMISSÃO LTDA
Av. Brasil, 1660 – Boa Viagem - 30.140-004 - Belo Horizonte - MG.

do exercício. Não foram identificados o período de 30 de junho de 2026 eventos ou alterações em circunstâncias que indicassem que o valor contábil desses ativos pudesse não ser recuperável.

12. Intangível

Os montantes do intangível estão assim compostos:

Descrição	30/06/2026				31/12/2025		
	Taxa de Amortização	Custo	Amortização Acumulada	Saldo Líquido	Custo	Amortização Acumulada	Saldo Líquido
Softwares – Adquiridos Antes de 01/10/13	20%	17.484,87	(17.484,87)	-	17.484,87	(17.484,87)	-
Sistemas de Comunicação e de Segurança	20%	18.699,00	(7.111,19)	11.587,81	18.699,00	(5.375,27)	13.323,73
Licenças e Direitos Autorais e de Uso		257.446,78	(159.145,29)	98.301,49	195.507,72	(133.585,07)	61.922,65
Total Intangível e Ágio		293.630,65	(183.741,35)	109.889,30	231.691,59	(156.445,21)	75.246,38

13. Depósitos

Abaixo, composição dos depósitos mensurados ao custo amortizado:

Descrição	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Custo Amortizado						
Depósitos à Vista (a)	8.976.247,37	-	8.976.247,37	7.671.637,34	-	7.671.637,34
Depósitos a Prazo (b)	182.225.812,50	-	182.225.812,50	175.235.372,47	-	175.235.372,47
TOTAL	191.202.059,87	-	191.202.059,87	182.907.009,81	-	182.907.009,81

a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de "pro rata temporis", as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeiras, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ – com exceção de contas conjuntas, que têm seu valor dividido pelo número de titulares – pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a determinação da Resolução CMN n.º 4.933/2021. O registro do FGCoop, como regulamentado, passa a ser feito em "Dispêndios de captação no mercado".

13.1 Concentração dos Principais Depositantes

Descrição	30/06/2026	% Carteira Total	31/12/2025	% Carteira Total
Maior Depositante	3.280.601,55	1,79%	2.731.103,29	1,56%
10 Maiores Depositantes	22.986.397,93	12,56%	20.111.814,24	11,46%
50 Maiores Depositantes	59.687.979,95	32,61%	54.103.497,70	30,82%

Compõe o saldo da concentração de depositantes os valores captados através de Depósitos, Conta Benefício do INSS, Conta Salário, Ordens de Pagamento. Os depósitos a prazo são considerados líquidos de impostos.

13.2 Despesas com Operações de Captação de Mercado

SICOOPCOOPSEF - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO ESTADO DE MINAS GERAIS E DE LIVRE ADMISSÃO LTDA
Av. Brasil, 1660 – Boa Viagem - 30.140-004 - Belo Horizonte - MG.

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Despesas de Depósitos a Prazo	(11.144.828,80)	(9.940.655,92)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(137.209,59)	(130.952,01)

14. Outros Passivos

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem, são compostos assim:

Descrição	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados – (14.1)	29.219,68	-	29.219,68	19.822,31	-	19.822,31
Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas – (14.2)	346.805,70	-	346.805,70	516.379,09	-	516.379,09
Outras Obrigações – (14.3)	7.108.286,84	-	7.108.286,84	8.497.301,19	-	8.497.301,19
TOTAL	7.484.312,22	-	7.484.312,22	9.033.502,59	-	9.033.502,59

14.1 Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

As cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados, são assim registrados:

Descrição	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Operações de Crédito - IOF	21.085,61	-	21.085,61	19.373,94	-	19.373,94
Estaduais	7.869,08	-	7.869,08	-	-	-
Outras Cobrança e Arrecad. de Tributos e Assemelhados	264,99	-	264,99	448,37	-	448,37
TOTAL	29.219,68	-	29.219,68	19.822,31	-	19.822,31

14.2 Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Os saldos de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas são assim compostos:

Descrição	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão para Impostos e Contribuições s/Lucros	9.721,41	-	9.721,41	-	-	-
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	17.437,88	-	17.437,88	17.765,76	-	17.765,76
Impostos e Contribuições sobre Salários	268.808,21	-	268.808,21	373.744,92	-	373.744,92
Outros – (14.2.1)	50.838,20	-	50.838,20	124.868,41	-	124.868,41
TOTAL	346.805,70	-	346.805,70	516.379,09	-	516.379,09

14.2.1 Composição dos Saldos de Outras Obrigações Fiscais

A seguir, a composição dos saldos de outras obrigações fiscais, correntes e diferidas:

Descrição	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
IRRF sobre Aplicações Financeiras	42.849,83	-	42.849,83	33.710,82	-	33.710,82
ISSQN a Recolher	4.750,47	-	4.750,47	4.299,49	-	4.299,49
PIS Faturamento a Recolher	452,61	-	452,61	5.434,80	-	5.434,80
COFINS a Recolher	2.785,29	-	2.785,29	33.423,42	-	33.423,42
IRRF sobre Juros ao Capital	-	-	-	47.999,88	-	47.999,88
TOTAL	50.838,20	-	50.838,20	124.868,41	-	124.868,41

14.3 Outras Obrigações

Os saldos de outras obrigações, são assim compostos:

SICOOPCOOPSEF - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO ESTADO DE MINAS GERAIS E DE LIVRE ADMISSÃO LTDA
Av. Brasil, 1660 – Boa Viagem - 30.140-004 - Belo Horizonte - MG.

Descrição	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Sociais e Estatutárias	7.006.167,62	-	7.006.167,62	8.310.080,51	-	8.310.080,51
Credores Diversos - País	40.182,09	-	40.182,09	179.705,63	-	179.705,63
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	61.937,13	-	61.937,13	7.515,05	-	7.515,05
TOTAL	7.108.286,84	-	7.108.286,84	8.497.301,19	-	8.497.301,19

14.4 Passivos Sociais e Estatutárias

A seguir, a composição dos saldos de passivos sociais e estatutárias, e os respectivos detalhamentos:

Descrição	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Cotas de Capital a Pagar – (a.)	2.206.256,48	-	2.206.256,48	4.310.169,37	-	4.310.169,37
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – (b.)	4.799.911,14	-	4.799.911,14	3.999.911,14	-	3.999.911,14
TOTAL	7.006.167,62	-	7.006.167,62	8.310.080,51	-	8.310.080,51

a.) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

b.) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos Associados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue a determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução n.º 4.872/2020, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais se destina, ao final do exercício, há a reversão dos dispêndios de FATES para a conta de Sobras ou Perdas Acumuladas, conforme a Lei n.º 5.764/1971.

14.5 Credores Diversos

Os saldos em Credores Diversos - País referem-se:

Descrição	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Pendências a Regularizar	-	-	-	32.228,26	-	32.228,26
Pendências a Regularizar Banco Sicoob	-	-	-	111,70	-	111,70
Créditos de Terceiros	8.325,86	-	8.325,86	31.817,70	-	31.817,70
Cooperativa Central	15.930,03	-	15.930,03	16.202,43	-	16.202,43
Pagamentos a Processar Captação	1.841,33	-	1.841,33	10.466,05	-	10.466,05
Pendências a Regularizar - Carteira de crédito	1.080,38	-	1.080,38	-	-	-
Saldo Credores - Encerramento C/C	-	-	-	12.791,03	-	12.791,03
Valores a Liquidar Op. de Créd. Recebidas	10.213,56	-	10.213,56	76.088,46	-	76.088,46
Valores a Pagar - CETIP	2.790,93	-	2.790,93	-	-	-
TOTAL	40.182,09	-	40.182,09	179.705,63	-	179.705,63

15. Provisões

Descrição	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisões e outras Obrigações com Instrumentos Financeiros – (15.1)	279.224,16	-	279.224,16	264.449,20	-	264.449,20
Provisão para Pagamento a Efetuar – (15.2)	1.143.921,26	-	1.143.921,26	927.972,53	-	927.972,53
Provisão para Contingências	-	5.055.739,89	5.055.739,89	-	4.919.466,25	4.919.466,25
TOTAL	1.423.145,42	5.055.739,89	6.478.885,31	1.192.421,73	4.919.466,25	6.111.887,98

SICOOPCOOPSEF - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO ESTADO DE MINAS GERAIS E DE LIVRE ADMISSÃO LTDA
Av. Brasil, 1660 – Boa Viagem - 30.140-004 - Belo Horizonte - MG.

Tel.: (31) 3269 5700 - Fax: (31) 3269 5724 - www.sicoobcoopsef.com.br - sicoobcoopsef@sicoobcoopsef.com.br

4

AK

15.1 Provisões e Outras Obrigações com Instrumentos Financeiros

Em provisões e outras obrigações com instrumentos financeiros estão registradas:

Descrição	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar – (a.)	155.662,38	-	155.662,38	151.597,29	-	151.597,29
Garantias Financeiras Prestadas (b.)	123.561,78	-	123.561,78	112.851,91	-	112.851,91
TOTAL	279.224,16	-	279.224,16	264.449,20	-	264.449,20

a.) Refere-se e a provisão para Créditos a Liberar de Cheque Especial.

b.) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela Cooperativa, conforme determina a Resolução CMN n.º 4.966/2021 e Resolução BCB n.º 352/2023. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos Associados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN n.º 4.966/2021. Em 30 de junho de 2026, a Cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Coobrigações Prestadas	3.684.115,13	3.554.289,89
TOTAL	3.684.115,13	3.554.289,89

15.2 Provisão para Pagamentos a Efetuar

As Provisão para Pagamentos a Efetuar estão registradas da seguinte forma:

Descrição	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Despesas de Pessoal	967.280,73	-	967.280,73	730.993,80	-	730.993,80
Custos de Transações Interfinanceiras	180,32	-	180,32	268,74	-	268,74
Seguro Prestamista	47.316,82	-	47.316,82	54.794,02	-	54.794,02
Despesas com Cartões	33.863,17	-	33.863,17	35.260,71	-	35.260,71
Valores a Pagar - Domicílio Bancário	2.950,19	-	2.950,19	2.586,27	-	2.586,27
Segurança e Vigilância	17.397,18	-	17.397,18	16.248,43	-	16.248,43
Manutenção e Conservação de Bens	28.584,05	-	28.584,05	21.140,02	-	21.140,02
Compensação	2.257,92	-	2.257,92	2.443,00	-	2.443,00
Outras Provisão para Pagamentos a Efetuar	44.090,88	-	44.090,88	64.237,54	-	64.237,54
TOTAL	1.143.921,26	-	1.143.921,26	927.972,53	-	927.972,53

15.3 Provisão para Contingências

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às Demandas Judiciais:

Composição da Provisão para Contingências

SICOOPCOOPSEF - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO ESTADO DE MINAS GERAIS E DE LIVRE ADMISSÃO LTDA
Av. Brasil, 1660 – Boa Viagem - 30.140-004 - Belo Horizonte - MG.

	30/06/2026	31/12/2025
Descrição	Provisão para Contingências	Provisão para Contingências
PIS FOLHA	228.697,67	185.756,27
COFINS	4.827.042,22	4.733.709,98
TOTAL	5.055.739,89	4.919.466,25

15.4 Depósitos Judiciais – Ativo

	30/06/2026	31/12/2025
Descrição	Depósitos Judiciais	Depósitos Judiciais
PIS FOLHA	228.697,67	185.756,27
COFINS	4.827.042,22	4.733.709,98
TOTAL	5.055.739,89	4.919.466,25

15.5 Movimentação das Provisões para Contingências

Descrição	PIS FOLHA	COFINS	Total
Saldo em 01 janeiro de 2025	121.032,13	4.544.659,56	4.665.691,69
Constituição da provisão	55.212,52	0,00	55.212,52
Atualização durante o exercício	9.511,62	189.050,42	198.562,04
Saldo em 2025	185.756,27	4.733.709,98	4.919.466,25
Saldo em 01 janeiro de 2026	185.756,27	4.733.709,98	4.919.466,25
Constituição da provisão	42.773,72	0,00	42.773,72
Reversão da provisão	(791,73)	0,00	(791,73)
Atualização durante o exercício	959,41	93.332,24	94.291,65
Saldo em 30 de junho de 2026	228.697,67	4.827.042,22	5.055.739,89

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB COOPSEF, em 30 de junho de 2026, não existem processos judiciais nos quais a Cooperativa figura como polo passivo, classificados com risco de perda possível.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

16. Patrimônio Líquido

16.1 Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 (cada) e integralizado por seus Associados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Capital Social	66.837.389,96	67.500.218,50
Associados	7.165	7.123

16.2 Fundo de Reserva Legal

Representado pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

No período de 30 de junho de 2026 os saldos de capital, de remuneração de capital ou de sobras a pagar não procurados pelos associados demitidos, eliminados ou excluídos após decorridos 5 (cinco) anos da demissão, da eliminação ou da exclusão foram revertidos ao fundo de reserva da cooperativa, conforme Lei Complementar n.º 196/2022, totalizando R\$ 112.755,13 (Cento e doze mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e treze centavos).

Essa movimentação está evidenciada na DMPL na linha de "Outros Eventos/Reservas".

SICOOB COOPSEF - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO ESTADO DE MINAS GERAIS E DE LIVRE ADMISSÃO LTDA
Av. Brasil, 1660 – Boa Viagem - 30.140-004 - Belo Horizonte - MG.

16.3 Reserva para Contingências

A reserva para contingências foi deliberada e constituída pela Assembleia Geral Ordinária ocorrida em 2023, com a finalidade de custear possíveis saídas de colaboradores, contratação de serviços jurídicos ou técnicos, visando minimizar questionamentos da Receita Federal e outros órgãos governamentais. Essa reserva possui prazo de validade de 4 anos, e o saldo remanescente após esse prazo deverá ser destinado para o Assembleia Geral Ordinária (AGO). Movimentação da Reserva de Contingência:

Data	Descrição	Valor
07/03/2023	A.G.O. – 2023 – Contingência Trabalhista	1.000.000,00
05/03/2024	AGO – 2024 – Contingência Trabalhista	500.000,00
31/01/2025	Desligamento – Matrícula: 000048	(80.154,50)
11/03/2025	AGO – 2025 – Contingência Trabalhista	500.000,00
30/04/2025	Desligamento – Matrícula: 000083	(40.811,13)
31/07/2025	Desligamento – Matrícula: 000096	(19.910,25)
28/11/2025	Desligamento – Matrícula: 000060	(65.121,54)
30/01/2026	Desligamento – Matrícula: 000100	(36.781,60)
03/03/2026	AGO – 2026 – Contingência Trabalhista	800.000,00
Total	Saldo Reserva de Contingência	2.557.220,98

16.4 Sobras Acumuladas ou Perdas Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução n.º 4.872/2020, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 03/03/2026 em conformidade com o artigo 132 da Lei nº 6.404/1976, artigo 44 da Lei nº 5.764/1971 e artigo 17 da Lei Complementar 130/2009, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 2025 da seguinte forma:

- FATES, no valor R\$ 800.000,00;
- Reserva de Contingência, no valor de R\$ 800.000,00;
- Distribuição de sobras sobre juros pagos de Empréstimos – R\$ 1.735.153,58;

17. Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Despesas de Captação	(11.282.038,39)	(10.071.607,93)
TOTAL	(11.282.038,39)	(10.071.607,93)

18. Resultado da Provisão Associada ao Risco de Crédito

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	1.549.324,43	2.151.244,20
Reversões de Provisões P/Outras Operações C/Características de Concessão de Crédito	46.755,33	538,52
Reversões de Provisões para Compromissos e Créditos a Liberar	63.313,94	-
Reversões de Provisões para Garantias Financeiras Prestadas	62.605,22	38.336,35
TOTAL	1.721.998,92	2.190.119,07
Provisões para Operações de Crédito	(2.417.349,34)	(2.534.198,24)
Provisões para Outras Operações com Características de Concessão de Crédito	(105.275,85)	(3.882,55)
Provisões para Compromissos e Créditos a Liberar	(67.379,03)	-
Provisões para Garantias Financeiras Prestadas	(73.315,09)	(66.349,17)
TOTAL	(2.663.319,31)	(2.604.429,96)
TOTAL DA PROVISÃO ASSOCIADA AO RISCO DE CRÉDITO	(941.320,39)	(414.310,89)

SICOOPCOOPSEF - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE
ESTADO DA FAZENDA DO ESTADO DE MINAS GERAIS E DE LIVRE ADMISSÃO LTDA
Av. Brasil, 1660 – Boa Viagem - 30.140-004 - Belo Horizonte - MG.

19. Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Rendas de Cobrança	6.352,70	6.002,50
Rendas por Serviços de Pagto - Outros Serviços Relacionados a Transações de Pagto	22.346,54	6.318,94
Rendas de Convênios	6.087,82	5.801,50
Rendas de Comissão de Outros Serviços	554,54	386,42
Rendas de Comissão Plano de Saúde	9.473,44	6.192,55
Rendas de Outros Serviços	16.160,05	17.059,63
Rendas de Comissão de Seguros	117.316,30	206.867,54
Rendas de Comissão de Previdência	704,22	-
Rendas com Outras Comissões Comerciais e sobre Serviços	119.917,54	83.996,19
Rendas de Tarifa Anuidade Cartão de Crédito	36.349,38	32.043,11
Rendas de Outras Tarifas de Cartões	816,00	786,00
Rendas de Tarifas de Intercâmbio	173.257,09	152.216,54
Receita de Tarifas - PN e MEI	7.150,00	5.579,00
Receita de Tarifas Bancárias - PJ	19.746,00	16.779,00
TOTAL	536.231,62	540.028,92

20. Despesas de Pessoal

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(44.000,82)	(45.244,19)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(328.055,67)	(317.702,51)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(792.464,90)	(799.594,16)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(1.038.953,69)	(979.645,35)
Despesas de Pessoal - Proventos	(2.840.025,51)	(2.679.684,06)
TOTAL	(5.043.500,59)	(4.821.870,27)

21. Outros Despesas Administrativas

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Despesas de Água, Energia e Gás	(63.372,30)	(57.819,49)
Despesas de Aluguéis	(19.094,00)	(3.117,00)
Despesas de Comunicações	(59.368,38)	(46.190,27)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(228.540,77)	(194.373,32)
Despesas de Material	(23.476,67)	(29.559,06)
Despesas de Processamento de Dados	(180.887,03)	(176.873,41)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(6.839,97)	(5.958,52)
Despesas de Publicações	(1.500,00)	(1.100,00)
Despesas de Seguros	(149.429,08)	(167.099,52)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(116.644,71)	(98.008,61)
Despesas de Serviços de Terceiros	(135.391,97)	(147.902,12)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(133.057,20)	(125.664,96)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(51.585,10)	(48.141,07)
Despesas de Transporte	(105.871,81)	(112.075,50)
Despesas de Amortização	(38.663,02)	(26.873,01)
Despesas de Depreciação	(19.341,83)	(66.036,92)
Outras Despesas Administrativas - (21.1)	(572.830,92)	(576.590,57)
TOTAL	(1.905.894,76)	(1.883.383,35)

21.1 Outras Despesas Administrativas

Os saldos das outras despesas administrativas estão compostos:

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Livros Jornais e Revistas	(2.503,70)	(2.163,46)
Condomínio	(84.534,06)	(87.608,12)
Emolumentos Judiciais e Cartorários	(8.359,99)	(14.203,45)
Copa/Cozinha	(22.766,86)	(24.016,12)
Lanches e Refeições	(41.230,63)	(36.859,94)
Uniformes e Vestuários	-	(16.888,80)
Taxas da Junta Comercial	(75,90)	(14,76)
Sistema Cooperativista	(82.089,62)	(78.673,93)

SICOOPCOOPSEF - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO ESTADO DE MINAS GERAIS E DE LIVRE ADMISSÃO LTDA
Av. Brasil, 1660 - Boa Viagem - 30.140-004 - Belo Horizonte - MG.

Tel.: (31) 3269 5700 - Fax: (31) 3269 5724 - www.sicoobcoopsef.com.br - sicoobcoopsef@sicoobcoopsef.com.br

Rateio de Despesas da Central	(95.407,55)	(95.767,00)
Rateio de Despesa ADM do Sicoob - Confederação	(85.508,65)	(72.287,94)
Contribuição Confederativa	-	(4.418,01)
Desp. Centro de Serv. Compart. - CCS	(535,00)	-
Rateio De Despesas Esp. Ccs - Marketing	(2.189,85)	-
Rateio De Despesas Esp. Ccs - Pld	(247,65)	-
Rateio De Despesas Esp. Ccs - Prevenção À Fraude	(615,65)	-
Rateio De Despesas Esp. Ccs - Educação Corporativa	(8.979,95)	-
Outras Despesas Administrativas	(137.785,86)	(143.689,04)
TOTAL	(572.830,92)	(576.590,57)

22. Despesas Tributárias

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Despesas Tributárias	(67.209,68)	(62.921,87)
Desp. Impostos s/ Serviços - ISS	(26.811,59)	(27.001,45)
Despesas de Contribuição ao COFINS	(16.909,56)	(15.627,85)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(30.654,18)	(30.032,04)
TOTAL	(141.585,01)	(135.583,21)

23. Outras Despesas Operacionais

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Despesas com Serviços Associados a Transações de Pagamento	(220.240,14)	(172.245,91)
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(193.070,76)	(361.459,01)
	(157.891,25)	(141.801,50)
Custos de Transação - Cetip Registro B3	(297,92)	-
TOTAL	(571.500,07)	(675.506,42)

24. Outros Receitas Operacionais

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Recuperação de Encargos e Despesas	12.005,98	11.473,37
Outras - Reversão de Provisões Operacionais	1.930,20	59.259,13
Dividendos	781.548,19	1.010.662,59
Distribuição de Sobras da Central	1.310.785,10	542.639,02
Atualização Depósitos Judiciais	106.832,10	33.019,96
Rendas Oriundas de Cartões de Crédito e Adquirência	167.940,79	103.289,45
Outras Rendas Operacionais	21.684,28	-
Rendas de Aluguéis	134.784,58	85.500,00
TOTAL	2.537.511,22	1.845.843,52

25. Despesas com Provisões

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Provisões para Contingências Cíveis	-	(75.309,69)
TOTAL	-	(75.309,69)

26. Outras Receitas e Despesas

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Ganho de Capital	-	0,95
Receitas não operacionais	-	0,95
(-) Perda de Capital	(1.883,49)	(12.682,01)
(-) Outras Despesas não Operacionais	(777,14)	(2.232,40)
(-) Despesas não Operacionais	(2.660,63)	(14.914,41)
TOTAL	(2.660,63)	(14.913,46)

27. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB n.º 2/2020, alterada pela Resolução BCB n.º 367/2024, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultados não recorrentes no período de 30 de junho de 2026.

SICOOPCOOPSEF - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO ESTADO DE MINAS GERAIS E DE LIVRE ADMISSÃO LTDA
Av. Brasil, 1660 – Boa Viagem - 30.140-004 - Belo Horizonte - MG.

28. Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 07/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.

28.1 Transações com Partes Relacionadas e Remuneração de Pessoal Chave da Administração

As operações com tais partes relacionadas e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Conforme a Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a eles são deliberadas em última alçada de aprovação, no âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegado formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

Natureza da Operação	30/06/2026	31/12/2025
Operações Ativas		
Operação de crédito	1.539.599,55	1.296.134,20
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(122.431,08)	(180.106,07)
Taxa média (a.m.)		
Empréstimos	1,7132%	1,6833%
Prazo médio (meses)		
Empréstimos	65,45	68,40
Operações Passivas		
Depósitos	4.958.819,54	3.027.685,17
Taxa Média Depósitos (% CDI a.m.)		
Aplicação Financeira - Pós Fixada (%CDI)	95,00	95,08
Prazo Médio Depósitos (meses)		
Aplicação Financeira - Pós Fixada (%CDI)	166,65	166,25
Garantias prestadas	97.869,33	107.743,73
Capital social	382.780,39	379.696,84

O pessoal-chave de administração inclui os conselheiros e diretores, anualmente são deliberados os montantes de remuneração, benefícios e plano de previdência complementar na Assembleia Geral Ordinária, em cumprimento à Lei n.º 5.764/1971 artigo 44 e artigo 5 da Lei Complementar n.º 130/2009.

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Honorários – Diretoria e Conselho de Administração	(328.055,67)	(317.702,51)
Encargos sociais	(48.499,68)	(47.310,86)
TOTAL	(376.555,35)	(365.013,37)

SICOOB COOPSEF - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO ESTADO DE MINAS GERAIS E DE LIVRE ADMISSÃO LTDA
Av. Brasil, 1660 – Boa Viagem - 30.140-004 - Belo Horizonte - MG.

29. Cooperativa Central

O SICOOB COOPSEF, em conjunto com outras Cooperativas Singulares, é filiado à SICOOB CENTRAL CECREMGE, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CECREMGE, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e em normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabem ao SICOOB CENTRAL CECREMGE a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB COOPSEF responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente, à sua participação nessas operações.

Saldo das transações da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CECREMGE:

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Operações Ativas		
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira	178.027.777,88	171.950.294,73
Ativo - Participações de Cooperativas	11.867.510,75	10.556.725,65
Ativo - Rendimentos Centralização Financeiras a Receber	2.001.522,51	2.067.012,50
Total de Operações Ativas	191.896.811,14	184.574.032,88
Receitas	30/06/2026	30/06/2025
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	11.633.435,57	10.097.861,99
Despesas		
Rateio de Despesas da Central	(95.407,55)	(95.767,00)

30. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021 e Resolução CMN nº 5.194/2024, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Patrimônio de referência (PR)	72.881.036,64	73.779.292,6
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	129.062.995,49	127.039.225,83
Índice de Basileia (mínimo 12%) %	56,46%	58,07%
Imobilizado para cálculo do limite	817.981,66	824.802,751
Índice de imobilização (limite 50%) %	1,12%	1,12%

31. Benefícios a Empregados

A Cooperativa não possui benefícios de pós emprego a seus empregados, conforme definições do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), apenas benefícios de curto prazo, conforme montantes apresentados a seguir:

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Ajuda de Custo	(353.618,34)	(359.765,43)
Assistência Médica	(403.459,50)	(427.456,10)

SICOOB COOPSEF - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO ESTADO DE MINAS GERAIS E DE LIVRE ADMISSÃO LTDA
Av. Brasil, 1660 – Boa Viagem - 30.140-004 - Belo Horizonte - MG.

Auxílio creche/babá	(12.324,56)	(7.602,63)
Gympass	(5.025,00)	(4.770,00)
Outras Desp. De Pessoal Benefícios	(18.037,50)	0,00
Total	(792.464,90)	(799.594,16)

32. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos, é aprovada pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, social, ambiental e climático, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, cibernético e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

32.1 Risco Operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

32.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

SICOOPCOOPSEF - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE
ESTADO DA FAZENDA DO ESTADO DE MINAS GERAIS E DE LIVRE ADMISSÃO LTDA
Av. Brasil, 1660 – Boa Viagem - 30.140-004 - Belo Horizonte - MG.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

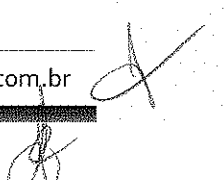
- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

32.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

SICOOPCOOPSEF - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE
ESTADO DA FAZENDA DO ESTADO DE MINAS GERAIS E DE LIVRE ADMISSÃO LTDA
Av. Brasil, 1660 – Boa Viagem - 30.140-004 - Belo Horizonte - MG.

Tel.: (31) 3269 5700 - Fax: (31) 3269 5724 - www.sicoobcoopsef.com.br - sicoobcoopsef@sicoobcoopsef.com.br



As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros e no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3, S4 e S5.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;

b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

a) valor econômico (ΔEVE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;

b) resultado de intermediação financeira (ΔNII): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;

b) os limites máximos do risco de mercado (RW_{ampad});

SICOOPCOOPSEF - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO ESTADO DE MINAS GERAIS E DE LIVRE ADMISSÃO LTDA
Av. Brasil, 1660 – Boa Viagem - 30.140-004 - Belo Horizonte - MG.

- c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;
- d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;
- e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;
- f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);
- g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;
- h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;
- i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);
- j) resultado dos testes de estresse.

32.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira, na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez e no Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das Cooperativas do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos a órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:

a.1) limite mínimo de liquidez;

SICOOPCOOPSEF - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO ESTADO DE MINAS GERAIS E DE LIVRE ADMISSÃO LTDA
Av. Brasil, 1660 – Boa Viagem - 30.140-004 - Belo Horizonte - MG.

O limite de concentração da exposição em setores sensíveis é de 15% (quinze por cento), considerando o saldo devedor dos setores, de forma consolidada, sobre a carteira total da cooperativa.

32.6 Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas.

32.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, inclusive pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto nos Negócios (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, revisados e testados, os *Planos de Continuidade de Negócios* contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em *Plano de Continuidade Operacional (PCO)*, *Plano de Recuperação de Desastre (PRD)* e *Plano de Emergência (PEM)*.

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

32.8 Risco Cibernético

O gerenciamento de Risco Cibernético compõe a Gestão Integrada de Riscos e abrange os riscos relacionados a segurança de sistemas, redes, infraestruturas, dados e usuários, assegurando uma abordagem abrangente para proteger as entidades do Sicoob contra ameaças no ambiente digital.

SICOOPCOOPSEF - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO ESTADO DE MINAS GERAIS E DE LIVRE ADMISSÃO LTDA
Av. Brasil, 1660 – Boa Viagem - 30.140-004 - Belo Horizonte - MG.

As diretrizes para o gerenciamento do risco cibernético estão definidas na Política Institucional de Risco Cibernético e no Manual de Risco Cibernético, aprovados pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do CCS, estabelecendo a metodologia, as métricas e os procedimentos padronizados para todas as entidades do Sicoob.

De forma complementar, em alinhamento às diretrizes da Resolução BCB n.º 85/2021 e à Política Institucional de Segurança Cibernética do Sicoob, o gerenciamento do risco cibernético considera os instrumentos, processos e controles institucionais relacionados à segurança cibernética, conforme aplicável, incluindo a política de segurança cibernética, o plano de ação e de resposta a incidentes, os processos de prevenção, detecção, tratamento e resposta a incidentes, a proteção das informações sob responsabilidade das entidades do Sicoob e a preservação de sua confidencialidade, integridade, disponibilidade e autenticidade.

Além disso, em atendimento às diretrizes da Resolução BCB n.º 85/2021 e à Política Institucional de Segurança Cibernética do Sicoob, são considerados procedimentos e controles voltados à prevenção, detecção, resposta e redução da vulnerabilidade a incidentes cibernéticos. Esses controles contemplam a proteção das informações sob responsabilidade das entidades do Sicoob, preservando sua confidencialidade, integridade, disponibilidade e autenticidade, a prevenção e redução de impactos decorrentes de eventual interrupção dos serviços de tecnologia, o tratamento e a prevenção de incidentes de segurança cibernética, e diretrizes aplicáveis à contratação de serviços relevantes de processamento, armazenamento de dados e computação em nuvem.

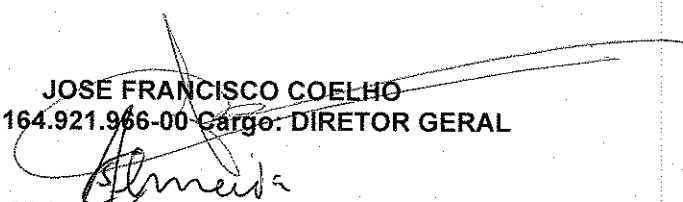
A área de Risco Cibernético realiza monitoramentos essenciais, acompanha vulnerabilidades e incidentes cibernéticos, além de participar de fóruns específicos sobre o tema, contribuindo para o desenvolvimento de suas funções e para a proteção dos ativos digitais do Sicoob. Adicionalmente, são realizadas pesquisas periódicas da maturidade em segurança cibernética de todo o sistema Sicoob, permitindo a avaliação da eficácia dos controles e o direcionamento estratégico das ações de mitigação.

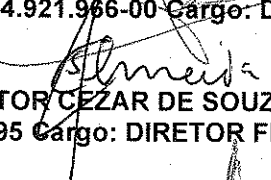
O ciclo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento do risco cibernético é realizado, no mínimo, bianualmente. Em casos excepcionais, a Diretoria Executiva do CCS poderá antecipar a execução.

33. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Belo Horizonte - MG 24 de agosto de 2026


JOSE FRANCISCO COELHO
CPF: 164.921.966-00 Cargo: DIRETOR GERAL


ASTOR CEZAR DE SOUZA ALMEIDA
CPF: 043.022.116-95 Cargo: DIRETOR FINANCEIRO E COMERCIAL


TATIANA SILVA CUNHA
CPF: 016.635.636-08 CRC: MG 110003/O-0 Cargo: CONTADOR

SICOOPCOOPSEF - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE
ESTADO DA FAZENDA DO ESTADO DE MINAS GERAIS E DE LIVRE ADMISSÃO LTDA
Av. Brasil, 1660 – Boa Viagem - 30.140-004 - Belo Horizonte - MG.

Tel.: (31) 3269 5700 - Fax: (31) 3269 5724 - www.sicoobcoopsef.com.br - sicoobcoopsef@sicoobcoopsef.com.br